



Comunidade de Países de Língua Portuguesa – A importância do Brasil no espaço lusófono¹

Luiz Fontoura*

RESUMO

O artigo justifica a afirmação do título, fornecendo informações de natureza histórica, econômica, geopolítica e geoestratégica que tornam o Brasil líder natural do processo de consolidação de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

PALAVRAS-CHAVE

CPLP, Atlântico Sul, Antártica, Amazônia.

A relação colonial portuguesa não se concluiu do modo que melhor correspondesse à expectativa que era o registro das nossas tradições. Poucos haviam escutado as razões de Bandoung, os povos que ali foram festejar² a alvorada da libertação e proclamar os caminhos do futuro que pretendiam, em livre escolha, fosse uma mensagem moral a ser recebida pela Humanidade. Como poucos haviam atendido, apreendendo-lhe a essência, a am-

pla e intensa movimentação que vinha de trás, de todo o lado, numa lenta mas fecunda agregação de esforços de que nem sempre estiveram afastadas as armas a apoiar justas aspirações³. Para outros, nem mesmo a peremptória resolução da Assembléia Geral da ONU de 1960⁴, determinando o termo imediato e universal do colonialismo, significou o ponto final que a Humanidade ali representada decidira pôr a uma situação que os tempos condenavam, e de

* Conferencista da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

¹ Conferência proferida na Academia Internacional da Cultura Portuguesa, em 1 de março de 2001.

² Cfr. Declaração Final da Conferência Afro-Asiática de Bandoung, de 24 de abril de 1955.

³ Eduardo dos Santos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, Ed. do A., 1968; Henri Grimal, *La Décolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985; Philippe Decraene, *Le Panaficanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976; Philippe e Jack Woodis, *Africa: los origenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, 1968 e Horace Campbell, *Pan Africanism in the Twenty-First Century*, in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp. 212-228.

⁴ Resolução 1514 de 14 de dezembro de 1960.

forma inequívoca. Os que lhe prestaram atenção e perscrutaram o futuro, não tiveram oportunidade de fazer ouvir a razão.

Conhece-se a forma como se liquidou a presença de Portugal nas suas colônias. Ao contrário do que fora acontecendo na generalidade das situações coloniais, (salvo exceções, saldadas, aliás, também, em deploráveis tragédias) foram o desgaste de uma violenta guerra de 13 anos tornada inútil e a crescente pressão da conjuntura internacional, as determinantes essenciais do ajuste final. Por todo o lado onde as situações coloniais se haviam resolvido sem a intervenção do argumento das armas, houve oportunidade de encontrar múltiplas formas de cooperação imediata⁵, nalguns casos dando mesmo lugar a que a direção das estruturas institucionais dos novos Estados se mantivessem, temporariamente, na responsabilidade da antiga potência colonial; noutros, que permanecessem, como garantia da ordem local, e por tempo acordado, contingentes armados. As independências significaram, algumas vezes, apenas, mas imprescritíveis do ponto de vista da sua dignidade humana, a modificação da natureza da relação política entre colonizador e colonizado, revigorando-se, nesse reencontro, a convivência entre povos, que, em liberdade e em cooperação, prosseguiram destinos próximos. Os impérios coloniais inglês e francês souberam e puderam transformar-se em comunidades vivas e atuantes, conjuntos de nações livres e independentes, tradução livre de um passado comum⁶.

No caso português uma obstinada inconsideração do que MacMillan designara, em Joanesburgo, por *ventos da História*, e uma deficiente percepção do sentido da exigência dos interesses geoestratégicos dos poderes que marcaram o século XX, impediram soluções semelhantes, inspiradas nos propósitos da restauração da dignidade dos povos colonizados, de uma paz aberta ao futuro e acolhendo o sentimento prevalecente na comunidade internacional. Nem houve, sequer, soluções à prova; houve guerra, com termo que não nos honra. Transformaram-se, entretanto, em inimigos, povos que, durante séculos, tinham conhecido um outro convívio com as gentes portuguesas e, durante treze anos, sofreu-se uma guerra cruel e sem sentido que, disseminando a destruição no presente, minava concomitantemente as raízes mais profundas de uma relação multissecular, constituindo-se em sério obstáculo à criação das condições legitimadoras de um entendimento futuro.

O confronto pela hegemonia mundial, levado a todos os azimutes, não podia alhear-se do desenvolvimento da luta naqueles territórios, quase todos com expressivo valor geoestratégico, além de em alguns casos, serem detentores reconhecidos de matérias primas de valor de primeira grandeza. A disputa de influência e domínio das situações pendeu para Leste, completamente livre que estava de compromissos estratégicos contraditórios para agir, e agindo, com coerência irretocável, na linha dos princípios que postulava, por outras

⁵ Maurice Flory, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977, pp. 120-150.

⁶ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 151 ss. e François Luchaire, *Droit d'Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1959, pp. 117 ss.

palavras, a liquidação total e completa das situações coloniais, com todas as conseqüências desfavoráveis ao opositor. A intervenção não poderia ter sido mais ostensiva, com a duração e a profundidade suficientes para criar raízes duradouras. A formação e o treino aturado e interessado ideologicamente de quadros nas universidades militares e civis, a sustentação aberta da guerra com armamentos, conselheiros e, mesmo, combatentes, o apoio e, até, a condução da movimentação diplomática, o financiamento da logística do combate.

É nesses momentos que se firmam acordos de cooperação em que tudo se cede, em alguns casos até a independência por que arduamente se luta; é o que a doutrina francesa designa por cooperação *engagé*,⁷ no fundo pouco mais do que uma retribuição com compensações avultadas pelo financiamento do combate e tudo o resto. Paralelamente, foi-se construindo, nos territórios das ainda colônias, o modelo de Estado do futuro, cópia fiel da matriz situada a Leste, por mais desadequada que se viesse a revelar mas, em todo o caso, pressupostos de garantia para o futuro, de fidelidades e de grande valia para a construção de um mundo que se supunha ainda possível.

Foi, por tudo isto, extremamente difícil o recomeço das relações entre Portugal e os novos Estados africanos que falam português. Vitoriosos apoiados numa superpotência ideologicamente inimiga do colonizador, enquadrados na *Organização da Unidade Africana* e no *Movimento Não-Alinhado*, organizados em franca ruptura com a tradição colonial – domi-

nadas as estruturas do Estado nascido na luta por quadros hostis –, disputados violentamente, por todos os interesses internacionais os mais implacáveis, plenos de esperança e firmes na convicção de que o fim do colonialismo seria, por si só, o início das venturas. Além disso, a impedir ou a envenenar afetos, as feridas ainda sangrando de uma guerra que podia ter sido evitada. O ressentimento não podia deixar de identificar o colonizador com o inimigo da véspera, em conseqüência sem legitimidade aceitável para propor a retoma de uma relação fundamentada na amizade e na igualdade.

Houve, no entanto, em Portugal e nos países que haviam sido colônias portuguesas, apesar do sentimento nesse sentido ser pesadamente adverso, quem não tivesse desistido de meditar nas vantagens, quase diria na inevitabilidade histórica, da reconstrução de um espaço histórico-cultural, partilhado e enriquecido por todas as nações livres que se exprimem em português – no português que cada uma vai recriando e valorizando, no seu dia a dia, com o seu cunho nacional. Aconteceu, também, a mudança dos tempos, que permitiu e aconselhou a reavaliação das convicções iniciais apreendidas em contexto diferente e, em alguns aspectos, surpreendendo mesmo os observadores mais treinados na previsão do futuro; as dores foram sofridas, os interesses reponderados e, paulatinamente, as circunstâncias recriaram as condições propícias a uma reaproximação. Portugal e as suas antigas colônias outorgaram, então, acordos de cooperação que consignaram ajudas consistentes da antiga potência colonial em todos os domínios da vida dos novos Estados e

⁷ Maurice Flory, *op. cit.*, pp. 134-144.

foram executados com presteza e o lealdade; fez deslocar centenas de cooperantes portugueses, sobretudo para setores neurálgicos, como saúde e educação, que não puderam, na circunstância, dispensar esforços de compreensão em momentos de tensão, muitas vezes impulsionados por outras cooperações adversárias, em alguns casos com objetivos políticos estratégicos.

Mesmo esse fato da rápida consolidação das novas relações não pareceu, no entanto, suficientemente legitimador de qualquer proposta que resultasse de iniciativa do Estado português.

Das nações que também partilharam conosco séculos de um passado feito História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar a declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): o Brasil⁸.

A sua origem na colônia que os portugueses fundaram no continente sul-americano, isto é, a sua condição de ex-colônia; a forte componente africana na expressiva e fecunda cultura do seu povo⁹; o cruzamento de raças sobre a qual se formou a etnia brasileira¹⁰, a distância bastante prudente com que se salvaguardou no desenrolar do conflito no quadro das suas relações especiais com Portugal, de-

vendo, a propósito, recordar-se a decisão de Jânio Quadros de contrariar, na ONU, a posição tradicional do seu país de apoio a Portugal¹¹; o reconhecimento, de pronto, das independências de 1974 e o estabelecimento imediato¹², pelo governo do General Ernesto Geisel, de relações diplomáticas intensas e de formas de cooperação ativa em todos os domínios com os novos países, numa aproximação carregada de objetivos políticos que os seus interesses nacionais há muito reclamavam¹³. Com Portugal, a outra parte, mantém a nação brasileira fraterna e sólida relação, que o decorrer do tempo não tem lesado. Acrescerá, aos demais, o fato de, no quadro dos desígnios brasileiros, há muito se entender o Atlântico Sul como espaço da sua vocação e poder.

O Brasil reunia, tudo permite concluir assim, as indispensáveis condições de confiança e legitimidade para ser a única voz que podia ser ouvida com consequência. O momento tinha chegado e a História podia, finalmente, receber, no seu seio, um novo ente que, perscrutando o futuro, considera imperativo *consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial entre eles; encarecer a progressi-*

⁸ Recorde-se, neste momento, a lúcida visão e o empenhado esforço do então Embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. José Aparecido de Oliveira, na criação da CPLP. Venceu obstáculos que pareciam insuperáveis, convenceu opositores, entusiasmou reticentes, mobilizou vontades, congregou esforços, consentou desavindos.

⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 121-132 e Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

¹⁰ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994, pp. 107 e ss.

¹¹ Therezinha de Castro, *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981, pp. 198 e ss.

¹² O Brasil foi, em 1975, o primeiro país não comunista a reconhecer a República Popular de Angola e a instalar representação diplomática em Luanda.

¹³ Manuel Correia de Andrade, *Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, Editora Ática, S. A., 1995, p. 46.

va afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum; reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a afirmação cada vez maior da Língua Portuguesa. Uma entidade que reafirma constituir, a Língua Portuguesa, entre os respectivos povos, um vínculo histórico e um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada, que é, no plano mundial, fundamento de uma atuação conjunta cada vez mais significativa e influente.

Estas, são as solenes declarações do Comunicado Final que num ato de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos, os representantes maiores da novel comunidade assinaram, em Lisboa, a 17 de Julho de 1996. Não deverá passar sem anotação as repetidas afirmações contidas no documento de que a entidade prevê intervenção internacional influente, representando culturas ligadas por um idioma comum.

Recordem-se, no entanto, neste momento, alguns visionários desse espaço lusófono, como Gilberto Freyre¹⁴ e Adriano Moreira¹⁵; um, intentando explicar o povo

que todos somos, o futuro que podia acontecer, *naquele começo de uma vasta cultura plural*; o outro, com a visão do *oceano moreno* a unir uma comunidade inspirada numa matriz cultural, a perspectivar rumos para a História. Juntem-se-lhes, Golbery do Couto e Silva¹⁶ e o *destino manifesto* brasileiro em que sempre insistiu nos seus estudos geopolíticos e geoestratégicos, e, entre outros¹⁷, Jaime Gama, então chefe da diplomacia portuguesa, a quem se deverá creditar uma discreta sugestão para a criação de uma comunidade lusófona, em discurso de 1983 na cidade da Praia¹⁸. Mas não era a hora nem eram as vozes que a História queria ouvir.

A formação e a estruturação do espaço brasileiro, no entender de François Thual¹⁹, obedeceu, comprovadamente, a lógicas de expansão territorial (a Bacia do Prata, o controle da Bacia Amazônica e o Brasil central) e de controle de dados geoestratégicos²⁰ bem definidos. As suas raízes portuguesa^{21/22}, o processo pacífico que enquadrou a sua separação da coroa lusitana, as imensas riquezas que se já se conheciam em concreto ou, simplesmente, se idealizavam diferenciaram e singularizaram o país, numa zona de colonização espanhola, cujos territórios, de menor

¹⁴ Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940, pp. 36, 42-58 e *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.

¹⁵ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976, pp. 235 ss. e *Oceano Moreno*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137

¹⁶ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1967, pp. 69-70.

¹⁷ Manuel de Sá-Machado, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, pp. 25-48.

¹⁸ Jaime Gama sugeriu, mesmo, a designação de *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

¹⁹ François Thual, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996, pp. 111-116.

²⁰ René Armand Dreifuss, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54

²¹ Thomas E. Skidmore, *Uma História do Brasil*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S. A., 1998, pp. 17-47.

²² Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala e Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972, pp. 182 e ss.

porte, só nos teatros de guerra obtiveram as suas independências.

Essas circunstâncias parecem ter imposto, desde os primórdios da independência, à estratégia nacional brasileira²³, comportamentos especiais para evitar, por um lado, pudesse vir o país a ser tomado pelos seus vizinhos como ameaça latente a controlar ou a combater, criando condições permanentes e sólidas que pudessem dissuadir eventuais tentativas de agressão e até da constituição de coalizões que pusessem em causa a integridade da sua soberania e, por outro lado, pudessem sustentar de imediato a ocupação do já vastíssimo espaço que vinha da colonização, garantindo-lhe a inteireza e a unidade²⁴. Ainda no período que corresponde à soberania portuguesa, a colônia, fazendo prova de correto sentido do espaço, praticou uma política de expansão territorial que foi muito além dos quase 3 milhões de metros quadrados que resultariam da aplicação rigorosa do Tratado de Tordesilhas. O brasileiro Alexandre de Gusmão, ministro de D. José, Rei de Portugal, muito contribuiu para esse notável ganho de espaço, com a energia e sajaria com que sustentou a apli-

cação do princípio *uti possidetis*²⁵ na delimitação das fronteiras entre a colônia portuguesa e as que se encontravam sob soberania espanhola²⁶.

Desde meados do Séc. XIX, o controle da embocadura do Rio da Prata assim como o das bacias fluviais a montante, conduziram o Brasil e a Argentina a sucessivos momentos de grande tensão, muitas vezes degenerados em confrontos militares, antagonismo que só terminou com a criação de um Estado-tampão, o Uruguai, a separar os dois contendores²⁷. Na Bacia do Prata, de forma a assegurar o controle militar e comercial de artérias vitais, tratou-se de ganhar posições em afluentes ou defluentes dos grandes rios sul-americanos, em prejuízo da Argentina, Paraguai e Uruguai. Entretanto, parte dos ganhos territoriais obtidos no Brasil platino pela diplomacia (Tratado de Madrid de 1750) e pela guerra, viriam a ser perdidos em 1777, no Tratado de Santo Ildefonso que entregou, à Espanha, o Território das Missões e a Colônia de Sacramento. D. Maria I, em Portugal, não dispôs de força bastante para evitar que, por esse instrumento, Castela ficasse com

²³ Em 1821, o estadista brasileiro José Bonifácio, deu a público, em *Lembranças e Apontamentos*, a sua visão geopolítica de um Brasil grande-nação. O histórico documento revela-se como um programa completo da transformação da colônia num Estado poderoso e proeminente.

²⁴ Inúmeros analistas do Brasil ficam perplexos ao pesquisarem a causa da unidade desse colosso que é o Brasil, principalmente por terem diante dos olhos a realidade da América Espanhola, toda esfacelada. Uns, classificam-na como milagre; outros, descobrem ser apenas obra do destino; estes, indicam a religião; aqueles, a língua; nenhum, porém, até agora, apontou a causa real dessa unidade do Brasil, um país continente. Ninguém deixa de admirar-se desse todo gigantesco, de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, ser conquistado, povoado e deixado íntegro, por um punhado de portugueses e de sua descendência... Cfr. Lysias Rodrigues, *A Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1947, P. 81.

²⁵ Consagrado, em 1750, pelo Tratado de Madrid, o princípio legitima a posse da terra por quem primeiro a ocupe e colonize. Os portugueses, invocando o princípio, alargaram, muito para além do limites previstos no Tratado de Tordesilhas, às dimensões da sua colônia.

²⁶ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 8 e ss.

²⁷ Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985, estuda, minuciosamente, a política brasileira no Rio da Prata durante o Período Imperial.

o controle da foz do Rio Uruguai no Prata e, dominando as suas duas margens, com a exclusividade de navegação no mesmo.

A Amazônia, desafiante pela sua extensão, valor estratégico, riqueza em minério e riqueza vegetal, foi território conquistado, no período colonial, à Coroa espanhola, que a ele tinha indiscutível direito nos termos do Tratado de Tordesilha²⁸. Pela força, quando foi necessário, o Brasil defendeu depois, ali a sua soberania, amiúde ameaçada e sempre constrangida. Foi o caso da preten-

são imperialista dos Estados Unidos incluir a hipótese da conquista da Amazônia nos seus planos de expansão para o sul. Washington patrocinou, oficiosamente, um amplo e eficaz movimento de propaganda que sustentava ser a conquista do grande espaço brasileiro derivada da necessidade do seu desenvolvimento e a benefício das suas populações²⁹. A demora na execução do plano norte-americano de ocupação de algumas das Antilhas e o fato de o governo brasileiro ter aberto o rio à

navegação de navios estrangeiros, parece justificar não se terem consumado as intenções norte-americanas.

Na Amazônia a ampliação e o controle da sua vasta bacia foi objetivo perseguido com visão de Estado e pertinácia, saldando-se pela conquista de grandes espaços que se encontravam na soberania da Venezuela, Colômbia, Bolívia e Peru, na convicção da necessidade e vantagem de dominar as fontes hidrológicas que alimentam o Amazonas, integrando, na terra brasileira, as diversas ama-

zônias nacionais ou, noutra perspectiva, tornando brasileira a pan-amazônia^{30/31}.

Recorrendo à arbitragem dirigida, em 1900, pelo presidente suíço, conseguiram os brasileiros ver garantidos os direitos à soberania de uma parte do sul da Guiana Francesa, confirmando as reivindicações que os portugueses sempre sustentaram anteriormente à independência. E Lysias Rodrigues explica-nos as razões brasileiras, dizendo, em 1947, e com grande franqueza, que tal território permitiria *aquela sonha-*

***A Amazônia, desafiante
pela sua extensão, valor estratégico,
riqueza em minério e riqueza
vegetal, foi território conquistado,
no período colonial, à Coroa
espanhola, que a ele tinha
indiscutível direito nos termos do
Tratado de Tordesilha.
Pela força, quando foi necessário,
o Brasil defendeu depois, ali a sua
soberania, amiúde ameaçada
e sempre constrangida.***

²⁸ Capistrano de Abreu, citado por Meira Mattos em *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980, p. 32, diz que *a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, enquanto, ao contrário, o Prata foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola.*

²⁹ Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, p. 31.

³⁰ General Meira Mattos, capítulos *Projeção da geopolítica pan-amazônica e Organização do espaço amazônico*, in *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 63-78 e 159-175.

³¹ Atualmente, vigora o Tratado de Cooperação da Amazônia assinado, em 1978, pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A linha de contorno dessa massa é de 17.500 quilômetros, sendo 16.000 de fronteiras terrestres e 1.500 de litoral, o que traduz o quociente de continentalidade de 11, resultante da aplicação da fórmula de F. Supan (Qc=quociente de continentalidade= $\frac{\text{extensão do limite terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$). Cfr. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, pp. 120-121.

da defesa da embocadura do Rio Amazonas. O pensador brasileiro invoca Halford Mackinder para justificar o interesse da sua pátria na aquisição dessa parte da Guiana: os russos, a partir do *heartland*³² poderiam, eventualmente, conquistar a Europa, depois a África e, a partir daqui, indaga, não ficaria o *bastião do Nordeste, novamente sob ameaça impressionante? A boca do Amazonas, Belém do Pará, é hoje uma esquina do Mundo, necessária, imprescindível, as ligações marítimas com os Estados Unidos*. Como defender a embocadura do Amazonas, pergunta-se Lysias Rodrigues fornecendo, também, a solução: *A resposta é implícita. Precisa o Brasil da Guiana Francesa com urgência. As trancas são necessárias antes de as portas serem arrombadas*³³. Assim se foi construindo o Brasil amazônico dos nossos dias.

Para encurtar razões, o Brasil, seus estadistas³⁴ e seus militares³⁵ seguiram, com rigor atento e lúcido realismo, a consabida regra segundo a qual o espaço geopolítico conquista-se primeiro, defende-se depois e, por fim, valoriza-se. No quadro das complexas e muitas vezes não pacíficas relações inter-regionais³⁶, sublinhadas por rivalida-

des nunca satisfeitas e sempre renovadas, em face dos fatores que o isolavam perigosamente do conjunto da comunidade hispano-sul-americana, o Brasil, ancorado, praticamente, na sua fachada marítima, escolheu cedo que não podia deixar de ter, como preocupação primeira e decisiva, progredir rapidamente no espaço, forçando a interiorização, com o que podia colmatar muitas das suas vulnerabilidades, construindo e consolidando a nação e a sua segurança e, a partir dela, conquistar e manter a sua estabilidade territorial³⁷. Na segunda metade do século XIX, e no curto espaço de 60 anos, fazendo a guerra ou indo por diplomacia clarividente³⁸, persistente e estrategicamente correta, o Brasil acrescentou-se de 938 mil quilômetros quadrados (mais de 10 vezes a área de Portugal).

O Brasil ia, assim, seguro, ao encontro da visão do português Gabriel Soares de Sousa que, em 1587, no *Tratado Descritivo do Brasil* predissera: *Está capaz para se edificar nele um grande Império, o qual com poucas despesas desses Reinos se fará tão soberano que seja um dos Estados do mundo*.

A sobrevivência das nações é uma árdua e complexa prova num quotidiano fei-

³² Halford John Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, in *The Geographical Journal*, 1904, Vol., XXIII, N. 4, pp. 423-437 e *The Round World and the Winning of the Peace*, in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.

³³ Lysias Rodrigues A., *op. cit.*, pp. 118 e ss.

³⁴ Refira-se, entre tantos, o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), que obteve retumbante vitória no caso das fronteiras com a Argentina e com as Guianas. Nessa última disputa, o seu êxito de negociador significou a incorporação, na soberania brasileira, de mais de 500 mil quilômetros quadrados. Cfr. General Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975, pp. 49 e ss.

³⁵ Entre outros, o famoso sertanista General Cândido Mariano Rondon, grande impulsionador da integração nacional. Cfr. Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, p. 51.

³⁶ Para uma análise pormenorizada dos conflitos geopolíticos regionais na América do Sul. Cfr. Philip Kelly, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas Press, 1997, pp. 135 e ss. e D. Gordon Bennett, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Company, 1998, pp. 251-264.

³⁷ Segundo Gilberto Freyre, a *estrutura lusitana do Brasil é um fenómeno nacional*, in *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 182.

³⁸ José Osvaldo de Meira Pena, *Brazilian Geopolitics and Foreign Policy*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone And Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 101 - 110. Para o A., *Brazil is a product of diplomacy*.

to de constrangimentos internos e externos e o Brasil brasileiro iniciou, *em trópicos brutos e indevassados, uma natureza hostil e amesquinhadora do Homem*³⁹, a sua existência. Num espaço vigorosamente disputado, com graves vulnerabilidades, especialmente a que decorria da debilidade de um fator geopolítico inquestionavelmente importante: grandes e imensos vazios no *hinterland*, fraca densidade populacional nos primeiros tempos, insuficiente em excesso para ocupar⁴⁰ toda a vasta terra que tinha por diante (8,5 milhões de quilômetros quadrados), para empreender a fixação das gentes dispersas por pequenos núcleos de colonização atlântica e para a defender, da ambição permanente dos espanhóis, *vácuo de poder que atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça*⁴¹.

Só a esclarecida visão dos seus estadistas, a aventura dos bandeirantes na sua marcha para Oeste a partir de Piratininga.^{42/43} e dos seus regimentos conseguiu, partindo do núcleo geo-histórico ancorado no litoral, esboçar e guardar fronteiras, firmar em terra inacessível⁴⁴ a soberania, saberá Deus como⁴⁵. Borba Gato, Tavares Raposo, Chico Preto, Pascoal Moreira Cabral, Dias Pais, Pedro Teixeira⁴⁶, agenciando pelos matagais densos e inóspitos fortuna feita de metais preciosos e captura de silvícolas, deixaram, nesses itinerários o delineamento do *heartland* do Brasil⁴⁷. O decorrer dos séculos e os estímulos oficiais substanciados numa política organizada de colonização⁴⁸ que deram origem a grandes correntes migratória⁴⁹, foram alargando e dando vida às suas fron-

³⁹ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 27 e ss.

⁴⁰ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 36 e ss. e 55-70.

⁴¹ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43.

⁴² Therezinha de Castro, *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, IBGE/Colégio Pedro II, 1992, pp. 95-100.

⁴³ O escritor brasileiro Monteiro Lobato diz-nos que "A bandeira..... nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso destino, como povo e como nação. No espaço, foi ela que traçou o retrato verde-físico do Brasil. Para mim, pois, a bandeira não é apenas o episódio histórico mais brasileiro. Além de haver trocado o retrato geográfico do Brasil, é um fenômeno social e político que ajuda a esclarecer muitas das nossas instituições atuais". Meira Mattos, *Brasil-Geopolítica e Destino*, pág. 56 e ss.

⁴⁴ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 43: *Aí estão ainda a nos testemunhar a política previdente de nossos avós, o Forte Príncipe da Beira no Guaporé, Tabatinga no Amazonas, Marabitanas no Rio Negro e São Joaquim no Rio Branco. O que urge fazer, em outra escala e com outros meios, é ainda a mesma idéia velha em circunstâncias novas. E preciso tamponar o deserto.*

⁴⁵ Michel Foucher, *L'Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986, p. 155 e ss., Friedrich Ratzel, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988, pp. 332 e ss. (*a fronteira é um produto do movimento*) e René Armand Dreifuss, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.

⁴⁶ Homem de Cantanhede, terra que o homenageia com um monumento em praça pública. Pedro Teixeira conquistou a Amazônia para a coroa portuguesa subindo, pela primeira vez, o Rio Amazonas até à cordilheira dos Andes.

⁴⁷ Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 76, citando Seraphim Leite: *Agarraram com as suas mãos poderosas a Linha de Tordesilhas e a lançaram tão longe para o Oeste, que por escassos 12 graus caía ela em pleno Oceano Pacífico*. Cfr. Golbery do Couto e Silva, *Aspectos Geopolíticos del Brasil - 1952*, in F.A. Milia, W. Siewert et al., *La Atlantartida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar 1978, pp. 53-87: *É de toda a evidência que o heartland central, pela sua simples e clara expressão espacial e pela posição superior de que desfruta no conjunto, como centro natural de toda a estrutura, tem implícito um manifesto destino imperialista..... Convém, entretanto, valorizar um pouco mais atentamente o grau relativo da sua própria articulação natural interna, de que dependerá, sem dúvida alguma, a possibilidade de, mediata ou imediatamente, se organizar e estruturar para a concretização daquele destino promissor.*

⁴⁸ Castro Barreto, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

⁴⁹ Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984, p. 71.

teiras antropogeográficas⁵⁰, o com o alargamento sistemático do ecúmeno brasileiro e atenuando essa vulnerabilidade e, todavia, ainda nos nossos dias, apesar de caminhar para os 200 milhões de habitantes⁵¹, foi possível que Meira Mattos anotasse, em 1977, a *distorção geopolítica de possuir (o Brasil) imensa massa continental, vazia e quase desconhecida*⁵².

Tem sido uma política de continentalidade seguida com intenção, a da rápida e segura integração nacional, com a uma bem planeada política de vertebração do território por linhas interiores⁵³ que visará a transformação do potencial territorial em poder concretizado; o espaço de progressão é, ainda, enorme, mas a aceleração do desenvolvimento tem trazido às fronteiras econômicas grandes extensões geográficas do Norte, do Oeste, da Amazônia, do sertão mato-grossense e goiano. A vitalização desses espaços interiores, com uma economia própria, que independa do

comércio marítimo, continuará a ser um objetivo essencial do Estado brasileiro. Como afirmou Golbery, *a incorporação efetiva de todo o território nacional é um dos objetivos nacionais permanentes*⁵⁴.

O homem eurotropical caracterizado, magistralmente, por Gilberto Freyre⁵⁵, acelera e com determinação, o passo final para o interior do continente brasileiro através de um adequado sistema de circulação interna que mobiliza todas as espécies de meios e sistemas e para todos os quadrantes⁵⁶, cruzando o Brasil em todas as direções segundo um vasto e estratégico plano destinado não já à conquista e conformação dos limites do Estado, mas à tonificação das suas raízes e da consistência do núcleo central ecumênico do Brasil (Golbery⁵⁷), preparando-o para os novos desafios que a potência emergente que ele é, possa melhor cumprir, nesse mundo de incertezas, o futuro de grande potência que está no seu destino histórico.

⁵⁰ Everardo Backheuser, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1952, pp. 111 e ss.

⁵¹ Oscar Soares Barata, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989; A.F.K. Organski, *World Politics*, 4ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1960, pp. 137-147, estuda o concurso decisivo do fator geopolítico variável população para o poder dos Estados. Organski, entre outros, sustenta que 200 milhões de habitantes é o *quantum optimum* mínimo para que se possa reconhecer, nos nossos dias, uma grande potência. O Brasil tem, já, uma relação território/população muito favorável à condição de potência emergente, parecendo útil recordar que o Prof. Penck, concluiu, nos seus estudos, que o Brasil poderia abrigar com segurança um bilhão e duzentos milhões de habitantes (Lysias Rodrigues, *op. cit.*, p. 85) e Robert Strausz-Hupé, *Population and Element of National Power*, in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D. Van Nostrand Company, Inc., 1951, pp. 111-116.

Os brasileiros são, segundo o censo do ano passado, 169.544.443, com a taxa de crescimento anual de 1,93%, a menor desde o censo de 1950 em que a média foi de 2,39%.

⁵² Gen Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977, pp. 139.

⁵³ Gen Meira Mattos, *ibidem*, p. 139. Em *Geopolítica e Trópicos*, p. 134, este A. refere, mesmo, um modelo brasileiro de política de interiorização.

⁵⁴ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 74-75.

⁵⁵ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 323.

⁵⁶ Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Nacional Editora, 1947, pp. 151 e ss., 192-201, 215 e 227. O A. analisa, em pormenor, nesta obra por muitos considerada o texto fundador da geopolítica brasileira, a função geopolítica das comunicações no Brasil. Cfr. Ainda Shiguenoli Myiamoto, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papyrus Editora, pp. 150 e ss.

⁵⁷ Golbery do Couto e Silva, *Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952*, in *La Atlantaridada. Un Espacio Geopolítico*, pp. 53-87.

Tal como o Marechal Mário Travassos aconselhara nas suas reflexões⁵⁸, o Brasil caminha para Oeste.

Recentemente, o *Council on Foreign Relations* afirmou ser o Brasil a terceira maior democracia do mundo. É a maior potência entre os países em desenvolvimento, com uma economia em rápida progressão, duas vezes maior que a da Rússia e quase do tamanho da da China. Segundo a revista *Veja*⁵⁹, entre as razões que fundamentam essas conclusões

do conhecido instituto nova-iorquino, está o fato de o Brasil ser o líder dos países emergentes e não apenas na América Latina. Em matéria de capacidade de consumo, o PIB brasileiro ultrapassa o trilhão de dólares, o que faz do país a quinta economia mundial, apenas atrás dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Além disso, o Brasil surge, na nova economia, ainda mais forte. Tem 40% dos usuários de Internet da América Latina. O dobro dos do México.

Recentemente, o Council on Foreign Relations afirmou ser o Brasil a terceira maior democracia do mundo. É a maior potência entre os países em desenvolvimento, com uma economia em rápida progressão, duas vezes maior que a da Rússia e quase do tamanho da da China.

Acresce que o Brasil é, hoje, um dos maiores receptores mundiais de investimento estrangeiro, comprovada a sua excepcional capacidade de desenvolvimento diversificado e manejo dinâmico e agressivo dos mercados internacionais; no ano de 2000, foi de 33 bilhões de dólares a massa financeira investida no país; os investimentos americanos por exemplo, são cinco vezes maiores que os feitos na China⁶⁰.

Meira Mattos, em *Geopolítica e Trópicos*⁶¹ mostra-nos, numa síntese que capitulou *A Epopéia do Homem Brasileiro nas Últimas Décadas*, o Brasil dos nossos dias. Analisa, com rigor, os elementos que compõem o seu espaço geopolítico e de cuja interação resulta o poder brasileiros⁶²: a extensão, a configuração e a posição geográfica e as suas conseqüências geopolíticas; a população, o caráter nacional e o sentimento de coesão, apesar da diversidade das suas origens⁶³; os recursos naturais, a capacidade de produzir e desen-

⁵⁸ Mário Travassos, *op. cit.*, pp. 243-247: *Para Oeste!* Tem toda a concisão das verdadeiras fórmulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão da *facies* geográfica do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspetos ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem de urgência dos cometimentos

⁵⁹ Edição de 21 de Fevereiro de 2001.

⁶⁰ Portugal é, atualmente, o terceiro investidor internacional no Brasil. Cfr. Ernâni Rodrigues Lopes, *Perspectivas das Relações Económicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.

⁶¹ Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 72-100.

⁶² Em 1980, o Prof. Ray S. Cline, considerou o Brasil a terceira potência mundial, como resultado da aplicação da sua controversa fórmula e método de avaliação do poder dos Estados: $Pp=(T+P+I+M) \times (V+E)$: Pp, poder percebido; T, território; P, população; I, capacidade industrial; M, capacidade militar; V, vontade nacional e E, estratégia nacional ou projeto nacional. Cline atribuiu o primeiro lugar à União Soviética (458 pontos), seguida dos Estados Unidos (304 pontos) e do Brasil (137 pontos). A Argentina, com 22 pontos, quedou-se pelo vigésimo segundo lugar. Cfr. Ray S. Cline, *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980, p. 173.

⁶³ Gilberto Freyre em *Novo Mundo nos Trópicos*, p. 324 e ss., capítulo *O Brasileiro como tipo nacional e homem eurotropical*: na p. 324, escreve: *Há já um tipo nacional de homem brasileiro para o qual vem convergindo vários*

volver economia, tecnologia e ciência de nível internacional, o estádio concluído da integração nacional e a avaliação positiva da capacidade militar. O autor faz, ainda, com discreto entusiasmo e sério fundamento, a apologia da modernização do Brasil como fator decisivo do seu poder futuro. E não se fará esforço em o acompanhar no sutil otimismo que deixa transparecer no texto em que vai traçando, na análise de todos os fatores geradores de poder, o perfil irrecusável de uma grande potência⁶⁴.

Cumprindo a regra, o Brasil firmou-se, com energia e firmeza, na terra-continente, avançando por todos os espaços de propagação que os seus objetivos aconselharam, com um seu sentido de espaço (*raumsinn*) sempre acutilante; defendeu-os com firmeza e proveito, nas chancelarias e, algumas vezes, nos campos de guerra; e, finalmente, reuniu condições e mobilizou energias para o impulso e sustentação do seu desenvolvimento, que vem cumprindo com resultados notáveis em todas as suas regiões naturais. A sua continentalização é realidade⁶⁵.

A relação natural do Brasil com o Atlântico vem dos princípios da sua existência como entidade política. Do mar atlântico vieram os primeiros colonizado-

res portugueses, ao longo das suas costas foram-se gerando os seus núcleos geo-históricos de que irradiaram a fixação no litoral e a penetração no interior próximo; o mar assegurou a comunicação entre todos, potenciou a vida e manteve o comércio das donatárias entre si e para o exterior, de pau-brasil, primeiro e, depois, do açúcar, do café e das pedras preciosas. Nos primeiros séculos, a maritimidade das colônias portuguesas no Brasil garantiu-lhes a comunicação, interior e exterior⁶⁶.

A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o fato de o grosso da população (80%), do produto interno bruto (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo 7.408 quilômetros da sua fachada marítima de 500km de largura, sendo que o comércio internacional do Brasil é, ainda, e em 98% (130 MT), realizado através da artéria econômica que é o Atlântico⁶⁷.

O Atlântico representa, ainda, para o Brasil, uma extraordinária fonte de recursos econômicos⁶⁸, além da pesca, por si já de elevado valor. Ao adotar o conceito de 200 milhas de mar patrimonial, o Estado brasileiro assegurou a exploração de riquezas de incalculável valor, como petróleo e

subtipos regionais que podemos considerar básicos na formação que ainda se processa desse tipo bio-socio-cultural total. Esse tipo pensamos alguns no seu aspecto biológico, é menos uma síntese racial que uma síntese ultra-racial: uma meta-raça. Uma além raça.

⁶⁴ Hervé Coutau-Bégarie, *Géostratégie de l'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985, pp. 151-167.

⁶⁵ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, p. 134: *Somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar, e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente.*

⁶⁶ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, pp. 130-131.

⁶⁷ Hervé Coutau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 57 e 157. Cfr. André Vigarié, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris ISC/Éditions Economica, 1995, pp. 300 e ss.

⁶⁸ General Carlos de Meira Mattos, *Geopolítica e Trópicos*, p. 81: em 1985, o valor dos alimentos com origem no mar situou-se entre 12 a 15 bilhões de dólares; o valor global do petróleo extraído de superfícies submersas foi de 100 bilhões de dólares, pouco menos de metade do PNB brasileiro.

gás, nódulos de manganês (que contêm partículas de outros minérios), cobre, estanho, cobalto e níquel. Esses, os interesses diretos e particulares do Brasil.

Mas o Atlântico Sul projeta-se, também, noutros planos que convirá acentuar⁶⁹.

Os principais feixes de comércio marítimo, com origem no Índico e mercados do Médio Oriente e Austrália passam por ele e nem a reabertura ao tráfego, em 1975, do Canal de Suez, repôs o *statu quo ante*, pois mais de 50% da importação europeia e 25% da norte-americana de petróleo, por exemplo, continua a fazer-se pela rota do Cabo, rota vital do mundo industrializado.

Além de tanto, o próprio comércio gerado nos países ribeirinhos é assinalável: os produtos tropicais africanos e sul-americanos, as matérias primas estratégicas (petróleo, ouro, diamantes, cobre) de que a Europa e os EUA não podem prescindir⁷⁰, vem sublinhar a importância do Atlântico

Sul⁷¹ como oceano de caminhos marítimos imprescindíveis ao equilíbrio geoestratégico mundial. Quanto ao Brasil, a sua posição face ao oceano articula-o diretamente com cerca de 50 países⁷². A maritimidade do Estado brasileiro é um bem valioso.

O Brasil viveu boa parte da sua existência intimamente ligado ao mar, pelas razões que deixamos atrás. A ocupação do interior do seu espaço geopolítico de forma planeada, política de tempos recentes, não secundarizou, no entanto, o papel do Atlântico Sul, autêntico pulmão marítimo, na sua estratégia nacional⁷³.

Os seus mais conhecidos geopolíticos permanecem fiéis à dimensão oceânica do Brasil acrescentando-lhe, ao valor económico, a valia estratégica. É de meridiana clareza a visão de Meira Mattos⁷⁴: a ocupação da costa atlântica africana, qualquer que seja a sua localização, por uma potência hostil ao seu país, determinará sensíveis alterações políticas e até militares, visto que sig-

A política de interiorização dos últimos tempos não tem alterado, substancialmente, o fato de o grosso da população (80%), do produto interno bruto (82%) e da indústria brasileira (95%) se concentrarem, mesmo nos nossos dias, ao longo 7.408 quilômetros da sua fachada marítima de 500km de largura, sendo que o comércio internacional do Brasil é, ainda, e em 98% (130 MT), realizado através da artéria econômica que é o Atlântico.

⁶⁹ Cfr. Yves Salkin, *Regard sur l'Atlantique Sud*, in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102 e Virginia Gamba-Stonehouse, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.

⁷⁰ Hervé Courtau-Bégarie, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁷¹ Hervé Courtau-Bégarie, *op. cit.*, p. 57 e Manuel Correia de Andrade, *op. cit.*, pp. 55-57, sobre o interesse do Brasil na África e no Atlântico Sul.

⁷² Paulo Henrique da Rocha Corrêa, *Noções de Geopolítica do Brasil*, conferência na Câmara Federal, 1975, pp. 66-71. Ao analisar a importância do mar para o Brasil afirma que, por ele, o Brasil alcança a *África e Portugal, isto é a Comunidade Lusitana o que abre novas perspectivas à expansão brasileira.*

⁷³ Carlos de Meira Mattos, *The Strategic Importance of the South Atlantic*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.

⁷⁴ Gen Meira Mattos, *Brasil, Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975, pp. 20 e ss.

nificará uma plataforma potencial de agressão ao saliente nordestino. Seja do ponto de vista do interesse da segurança brasileira seja, ainda, no que diz respeito à defesa do mundo ocidental, a África será no seu entender, o primeiro interesse estratégico do Brasil. A defesa do seu país começaria, assim, na outra margem atlântica, nas praias africanas⁷⁵, *um limite de nossa segurança estratégica*.

O General Golbery do Couto e Silva tem pensamento mais explícito e mais ambicioso. Partindo do fato de a geografia conferir à costa brasileira, especialmente ao saliente nordestino, um valor estratégico relevante, entende que de uma tal circunstância decorre a instituição de uma situação de monopólio brasileiro no domínio do Atlântico Sul. Dai conclui Golbery que o aproveitamento dessa situação confere, ao Brasil, um *destino manifesto* (à semelhança da doutrina norte-americana do *manifest destiny*)⁷⁶,

que inspirou e justificou a expansão dos EUA no continente e nos oceanos)⁷⁷, que seria, e naturalmente, o fator legitimante da previsível hegemonização do quadro regional⁷⁸.

Esses dois expoentes do pensamento geopolítico e geoestratégico brasileiro não ficaram sós nesse entendimento da acentuação da importância do Atlântico Sul para relevantes interesses do seu país. Desde tempos recuados, muitos outros autores, civis e militares⁷⁹, sustentaram dever o Estado brasileiro olhar politicamente para o Atlântico, especialmente para a área do sul e para África⁸⁰. Sempre se deu como certo que eventual bloqueio desse mar por potência hostil, significaria o isolamento e a asfixia econômica.

O Brasil, pugnando por legítimos interesses, não se alheou da reorganização do espaço antártico e composição dos múltiplos interesses em presença⁸¹, o que veio a

⁷⁵ Gen Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, p. 119: *A proteção de nossos limites de comunicação no Atlântico Sul, de nosso comércio exterior e de nossas águas territoriais, exige que tenhamos uma estratégia marítima, a qual será parte de uma estratégia global para o Atlântico Sul.*

⁷⁶ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999, pp. 137 e 180-181, sobre o conceito de *manifest destiny*.

⁷⁷ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 52 e ss. A tese sofreu violenta contestação por parte de E. Guglielmelli, em *Golbery do Couto e Silva, el Destino Manifesto Brasileño e el Atlantico Sud* in F. M. Milia, W. Siewert et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105. Para este A. argentino, a concepção de Golbery é tendenciosa e tão arbitrária como a Geopolítica de Haushofer e da Escola de Munique, inspiradores do III Reich.

⁷⁸ Também Vicente A. Palermo, em *Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlantico Sur*, in F. A. Milia, W. Siebert, et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194 critica acerbamente a política de hegemonização do Brasil e sustenta a necessidade de uma articulação de interesses com o Brasil e Jonathan R. Barton, *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.

⁷⁹ Os argentinos e outros interessados na zona tem-se mantido sempre atentos ao pensamento geoestratégico brasileiro. Bernardo Quagliotti de Bellis, em *Geopolítica del Atlantico Sur*, in F. A. Milia, W. Siebert et al., eds., *La Atlantardida. Un Espacio Geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 18-52, revela que já em 1828 um diplomata britânico manifestava a sua preocupação pelo forte interesse brasileiro pela fronteira atlântica, o que poderia, eventualmente, vir a pôr em risco o comércio inglês com a Índia, a China e toda a Ásia Oriental e Pacífico.

⁸⁰ *A tentação africana do Brasil no dizer de François Thual*, *op. cit.*, p. 114.

⁸¹ Cfr. Ishwar Chandra Sharma, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-India Publications, 1992; F. M. Auburn, *Gás y petróleo frente a la costa (Off-Shore) en la Antartida*, e Héctor Maria Balmaceda, *Tendencias Geopolíticas en el Atlantico Sur*, in C. J. Moneta, S. Hilton, J. S. Tulchin et al., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlantico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1963, pp. 161-194 e 59-88; e Jack Child, *Antarctica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Pareger Publishers, 1988.

culminar no Tratado de 1960⁸², e destinou o continente austral exclusivamente a fins pacíficos⁸³. Ao contrário do que aconteceu com a Argentina e o Chile, o Brasil não pôde sustentar, na partilha desse espaço, ser o continente antártico como que o prolongamento do território sul-americano. Não obstante, fundamentou irrecusavelmente os seus interesses e direitos⁸⁴ em termos de geoestratégia marítima, vindo a aderir ao Tratado em 1975, salvaguardando, deste modo, os seus designios e obtendo, ainda, reparação justa para a lesão do seu prestígio ao ser colocado numa situação política de insofrível inferioridade relativamente à Argentina, sua rival de séculos que, pelo Tratado, na opinião de alguns dos seus próceres, adquirira a categoria de Grande Argentina dada a situação de bi-continentalidade (América Latina e Antártica)⁸⁵ em que ficara investida.

De par com a presença em todo o espaço do Atlântico Sul, o Brasil conserva sempre presente o imperativo da projeção do seu poder para a imensidão do Oceano Pacífico o Grande Mediterrâneo para onde parecem concentrar-se, para a concretização do futuro, os interesses eco-

nômicos e estratégicos de todas as grandes potências ribeirinhas e as de outras paragens. Esta bi-oceanidade pretende o Brasil viabilizá-la seja através do Estreito de Magalhães e do Canal do Panamá, seja pela ampla bacia fluvial amazônica com pontos terminais no Equador e, especialmente, no Peru⁸⁶, grande exportador, procura encontrar, nesse alvo, mercados potenciais que constituam novos estímulos ao seu desenvolvimento.

O Brasil chegou a ser, no Império, uma potência marítima continental de vulto, decaindo a partir daí. Iniciaram-se, depois, os tempos da ocupação efetiva de todo o vasto espaço continental assumida num projeto nacional que mobilizou energias de toda a natureza e transformou o Brasil na potência emergente dos nossos dias. O Estado brasileiro avaliará quando e como virá a combinar as suas potencialidades marítimas e continentais na síntese final que realizará, na plenitude, o seu excepcional poder potencial.

Trata-se, pois, da resolução do grande dilema brasileiro que coloca o Brasil entre dois destinos⁸⁷: de um lado, a vastidão do seu rico *hinterland*, um repto perma-

⁸² Sobre a internacionalização da Antártica, cft. Ricardo Pedro Quadrei, *La Antartida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 17 e ss. e L. P. Kirwan, *The Partition of Antártica*, in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds, *The Changing World. Studies in Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956, pp. 982-1002.83. Artigo 1º do Tratado da Antártica, firmado em Washington, D.C., a 1º de dezembro de 1959, por 12 países entre os quais a Argentina e o Chile: *1. A Antártica será usada somente para propósitos pacíficos. Serão proibidas, inter alia, todas as medidas de natureza militar, tais como o estabelecimento de bases e fortificações militares, a realização de manobras militares, assim como as experiências com quaisquer tipos de armas.*

⁸⁴ Therezinha de Castro, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976, pp. 110-114 e Capítulo sobre Geopolítica e Geoestratégia, pp. 115-126.

⁸⁵ François Thual, *op. cit.*, p. 114.

⁸⁶ François Thual, *op. cit.*, p. 114. Este A. refere, ainda, a pretensão do Brasil de acesso ao sistema econômico da União Européia, para o que poderia contar com a plataforma geográfica que é Portugal. Cfr., neste sentido, Adriano Moreira, *A Relação Privilegiada Portugal-Brasil*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 391-401 e Francisco de Assis Grieco, *O Brasil e a Nova Geopolítica Européia*, São Paulo, Edições Aduaneiras, 1992, pp. 183-184.

⁸⁷ Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, pp. 61-62.

nente, aberto a todas as fascinantes aventuras da fixação de gentes empreendedoras, da criação da vida e do desenvolvimento social, cultural e econômico; um desafio constante às capacidades do Estado e às de uma sociedade que se propõe, mais uma vez, e pelo seu futuro, pôr em marcha, as novas *bandeiras*; do outro, o mar oceano que partilha, desde o início, a sua História, mas também agente de prosperidade e fator de segurança.

As prioridades que hoje parecem pre-va- lentes ficaram delineadas anteriormente: ocupação, estabilidade territorial e desenvolvimento, isto é, uma continentalidade consolidada e próspera que possa ser suporte da atlanticidade que aqueles autores, para só falar neles, julgam, a vários títulos, elemento insubstituível do conceito estratégico nacional brasileiro.

A grande potência continental ou, mesmo, inter-continental⁸⁸, resultante da

interação desses dois fatores, está no horizonte próximo.

Chegará, certamente, o momento em que o Brasil terá por reunidos os pressupostos da explicitação completa dos seus interesses nacionais a concretizar no Atlântico Sul e na África e, em decorrência, a assunção das responsabilidades correlativas.

Grande potência política e econômica de todo o espaço em referência, país multirracial, país lusófono, líder natural do mundo que teve a colonização portuguesa⁸⁹ como traço comum, o Brasil, tal como foi o único articulador aceitável da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa parece estar, pela sua grandeza, pelos seus méritos e por exigência iniludível dos seus próprios interesses de Estado, vocacionado para ser o garante do êxito futuro da Instituição. Essa liderança, anteviu Adriano Moreira, e o destino manifesto do Brasil⁹⁰. ●

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de, *Geopolítica do Brasil*, 4ª ed., S. Paulo, Editora Ática, S.A., 1995.
- AUBURN, F. M., *Gás y petróleo frente a la costa (Off-Shore) en la Antártida*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 161-194.
- BACKHEUSER, Everardo, *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
- BALMACEDA, Héctor Maria, *Tendencias Geopolíticas en el Atlántico Sur*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 59-88.
- BANDEIRA, Moniz, *O Expansionismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1985.
- BARATA, Óscar Soares, *Demografia e Poder*, Lisboa, ISCSP, 1989.
- BARTON, Jonathan R., *A Political Geography of Latin America*, London, Routledge, 1997.
- BARRETO, Castro, *Povoamento e População*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1955.

⁸⁸ François Thual, *op. cit.*, p. 115.

⁸⁹ Gilberto Freyre, *Novo Mundo nos Trópicos*, pp. 184-185, prevê vir a ser o Brasil o líder em potencial dessa grande comunidade luso-tropical.

⁹⁰ Adriano Moreira, *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*, p. 237.

- BELLIS, Bernardo Quagliotti de, *Geopolítica del Atlántico Sur*, in F.A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 19-52.
- BENNETT, D. Gordon, *Tension Areas of the World*, Dubuque, Kendall/Hunt Publishing Compant, 1998, pp. 251-264.
- CAMPBELL, Horace, *Pan Africanism in the Twenty-First Century*, in Tajudem Abdel-Raheen, ed., *Pan Africanism*, London, Pluto Press, 1996, pp. 212-228.
- CASTRO, Therezinha de, *Rumo à Antártica*, Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976.
- , *Nossa América. Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 1992.
- , *África, Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- CHILD, Jack, *Antartica and South American Geopolitics. Frozen Lebensraum*, New York, Praeger Publishers, 1988.
- CLINE, Ray S., *US Foreign Policy and World Power Trends*, Boulder, Westview Press, 1980.
- CORRÊA, Paulo Henrique da Rocha, *Noções de Geopolítica do Brasil*, S. Paulo, conferências na Câmara Federal, 1975.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- DECREAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- DREIFUSS, René Armand, *Strategic Perceptions and Frontier Policies in Brazil*, in *Premissas*, 2000, N. 21, pp. 27-54.
- FLOREY, Maurice, *Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos Trópicos*, Lisboa, Livros do Brasil, 1972.
- , *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.
- , *O Brasil em Face das Áfricas Negras e Mestiças*, conferência no Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, 1962.
- , *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1940.
- FOUCHER, Michel, *L'Invention des Frontières*, Paris, FEDN, 1986.
- GAMBA-STONEHOUSE, Virginia, *Strategy in the Southern Oceans. A South American View*, London, Pinter Publishers, 1989, pp. 71 e ss.
- GRIECO, Francisco de Assis, *O Brasil e a Nova Geopolítica Européia*, S. Paulo, Edições Aduaneiras, 1992.
- GRIMAL, Henri, *La Decolonisation*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1985.
- GUGLIAMELLI, Juan E., *Golbery do Couto e Silva, el Destino Manifiesto brasileño y el Atlántico Sur*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 89-105.
- HAYES, Margaret Daly, *Brasil y el Atlántico Sur: cambios en las perspectivas de um problema que se vislumbra*, in C. J. Moneta, S. Hiltom, J. S. Tulchin et al., eds., *Geopolítica y Política del Poder en el Atlántico Sur*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983, pp. 89-102.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- KELLY, Philip, *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*, Austin, University of Texas, 1997.
- KIRWAN, L. P., *The Partition of Antartica*, in W. Gordon East e A. E. Moodie, eds., *The Changing World. Studies in Political Geography*, London, George G. Harrap & Co., Ltd., 1956.
- LOPES, Ernâni Rodrigues, *Perspectivas das Relações Econômicas Brasil-Portugal na Próxima Década*, conferência em Belo Horizonte, 2001.
- LUCHAIRE, François, *Droit d'Outre-Mer et de la Coopération*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

- MACKINDER, Halford John, *The Geographical Pivot of History*, in *Geographical Journal*, 1904, Vol. XXIII, N. 4, pp. 423-437.
- MACKINDER, Halford John, *The Round World and the Winning of the Peace*, in *Foreign Affairs*, 1943, Vol. 21, N. 4, pp. 595-605.
- MATTOS, Carlos de Meira, *The Strategic Importance of the South Atlantic*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of Southern Cone Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 214-222.
- _____, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- _____, *Brasil-Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1975.
- _____, *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- _____, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- _____, *Geopolítica y Teoría de las Fronteras*, Buenos Aires, Círculo Militar, 1997.
- MIYAMOTO, Shiguenoli, *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, Papirus Editora, 1995.
- MOREIRA, Adriano, *A Relação Privilegiada Portugal-Brasil*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, 391-401.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1999.
- _____, *A Europa em Formação (A crise do Atlântico)*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica/IRIDC, 1976.
- _____, *Oceano Moreno in Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 120-137.
- ORGANSKI, A. F. K., *World Politics*, 4ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1960.
- PALERMO, Vicente A., *Latinoamerica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires, Ediciones Pleamar, 1978, pp. 163-194.
- PENNA, José Osvaldo de Meira, *Brazilian Geopolitics and Foreign Policy*, in Philip Kelly e Jack Child, eds., *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1988, pp. 100-110.
- PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*, 23ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- QUADREI, Ricardo Pedro, *La Antartida en la Política Internacional*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983.
- RATZEL, Friedrich, *Géographie Politique*, Paris, Éditions Economica, 1988.
- RODRIGUES, Lysias A., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1947.
- SALKIN, Yves, "Regard sur l'Atlantique Sud", in *Défense Nationale*, 1986, Ano 42, Dezembro, pp. 89-102.
- SÁ-MACHADO, Manuel de, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.
- SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, Lisboa, E. do A., 1968.
- SHARMA, Ishwar Chandra, *Antarctica. Geopolitics and Ressources*, New Delhi, Inter-Índia, Publications, 1992.
- SILVA, Golbery do Couto e, *Aspectos Geopolíticos del Brasil-1952*, in F. A. Milia e W. Siewert et al., eds., *La Atlantartida. Un espacio geopolítico*, Buenos Aires Ediciones Pleamar, 1978, pp. 53-87.
- _____, *Geopolítica do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1967.
- STRAUSZ-HUPE, Robert, *Population as an Element of National Power*, in Harold e Margaret Sprout, eds., *Foundations of National Power*, New York, D.Van Nostrand Company, Inc., 1951.
- SKIDMORE, Thomas, *Uma História do Brasil*, 2ª ed., S. Paulo, Editora Paz e Terra, S. A., 1998.
- TRAVASSOS, Mário, *Projeção Continental do Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.
- THUAL, François, *Méthodes de la Géopolitique*, Paris, Ellipses, 1996.
- VIGARIÉ, André, *La Mer et la Géostratégie des Nations*, Paris, ISC/Éditions Economica, 1995.
- WODDIS, Jack e Philippe, *Africa: los orígenes de la revolución*, Madrid, Editorial Ciencia Nueva, S.L., 1968.